



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS - PUC-Goiás**

**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DA SAÚDE**

**CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM**

**NATACHA RODRIGUES SOUSA**

**AUTONOMIA PROFISSIONAL DO ENFERMEIRO: CONCEITO, OBSTÁCULOS,  
CONTRIBUIÇÕES.**

**GOIÂNIA - GO**

**2025**

**NATACHA RODRIGUES SOUSA**

**AUTONOMIA PROFISSIONAL DO ENFERMEIRO: CONCEITO, OBSTÁCULOS,  
CONTRIBUIÇÕES.**

Trabalho apresentado ao Curso Graduação  
Enfermagem da Pontifícia Universidade Católica  
de Goiás como requisito parcial para obtenção do  
Título de Bacharel em Enfermagem.

Linha de pesquisa: Promoção da Saúde

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Aparecida Marra da  
Madeira Freitas.

GOIÂNIA - GO

2025

## **AGRADECIMENTOS**

A jornada até aqui foi marcada por desafios, aprendizados e superações, e nada disso seria possível sem a presença de pessoas especiais que caminharam ao meu lado. Por isso, dedico este espaço a expressar minha profunda gratidão.

Agradeço primeiramente a Deus, por ser meu guia, minha força e meu refúgio em todos os momentos. Sua presença me sustentou nos dias difíceis e me deu serenidade para continuar, mesmo quando as dificuldades pareciam maiores que minhas forças. Sem Ele, esta conquista não teria sentido.

Aos meus pais, minha eterna gratidão. Obrigado por todo amor, paciência e apoio incondicional ao longo de toda a minha vida. Vocês sempre acreditaram em mim, mesmo quando eu duvidava. Foram suas palavras de incentivo, seus conselhos e seu exemplo de perseverança que me motivaram a seguir em frente. Esta vitória também é de vocês.

À minha professora e orientadora, expresso meu sincero agradecimento. Sua dedicação, paciência e disponibilidade foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Sou grata por cada orientação, por cada correção e, principalmente, por acreditar no meu potencial. Sua contribuição foi essencial não apenas para este TCC, mas para a minha formação como um todo.

A todas essas pessoas, meu muito obrigado. Levarei comigo, para além da conclusão deste curso, cada gesto de apoio e cada palavra de incentivo recebida ao longo do caminho. Que esta conquista seja apenas o começo de muitas outras.

A todos, meu sincero agradecimento!

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1- Etapas para a realização da revisão integrativa

Figura 2 – Fluxograma Prisma

Quadro 1 – Informações gerais dos artigos selecionados e incluídos (2004 a 2024)

Quadro 2 - Categorias elaboradas a partir do conteúdo dos artigos

## RESUMO

**Introdução:** O tema deste estudo é a autonomia do enfermeiro. Apesar dos avanços na legislação e no reconhecimento da profissão, fatores históricos, legais, organizacionais, culturais e educacionais ainda limitam o desenvolvimento da autonomia deste profissional. Esta pesquisa tem como questão a ser elucidada a autonomia do enfermeiro retratada na literatura científica da área de enfermagem. Adicionalmente, também busca esclarecer a partir de qual conceito de autonomia estão sendo realizados os estudos sobre essa questão e quais limitações, obstáculos à autonomia do enfermeiro são discutidos na literatura científica da área. **Objetivos:** - Analisar a autonomia do enfermeiro retratada na literatura científica da área de enfermagem; - apontar o conceito de autonomia empregado nos estudos analisados; identificar quais as limitações ou obstáculos à autonomia do enfermeiro são discutidos na literatura científica; - apresentar reflexões críticas que contribuam para cursos de graduação repensarem a formação de futuros enfermeiros a fim de favorecer o desenvolvimento de sua autonomia. **Método:** Empregou-se a revisão de literatura do tipo integrativa, com abordagem qualitativa. A busca foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde Brasil (BVS/ BDENF). **Resultados:** Foram incluídos 16 artigos e os mesmos submetidos à análise qualitativa do conteúdo para a construção de categorias. As categorias foram: Conceito de autonomia, barreiras e limitações da autonomia, formação profissional e o desenvolvimento da autonomia durante o curso de enfermagem. **Conclusão:** os resultados permitiram compreender que o conceito de autonomia que aparece nos estudos analisados aproxima-se de uma prática baseada no discernimento técnico, responsabilidade ética e postura crítica frente às decisões clínicas e administrativas. Como limitações e obstáculos à autonomia do enfermeiro foram apontados a rigidez das estruturas hierárquicas, a resistência ao diálogo interprofissional, a desvalorização simbólica e econômica da profissão, e a restrição de espaços decisórios. Mediante esses resultados, aponta-se como reflexão crítica a necessidade de repensar os cursos de graduação em enfermagem, valorizando a formação crítica e o compromisso ético-político com a qualidade do cuidado e o fortalecimento da autonomia profissional.

**Palavras-chave:** Autonomia do enfermeiro. Conceito de autonomia. Autonomia e cuidado de enfermagem. Autonomia e formação do enfermeiro.

## ABSTRACT

**Introduction:** The theme of this study is the autonomy of nurses. Despite advances in legislation and recognition of the profession, historical, legal, organizational, cultural and educational factors still limit the development of the autonomy of this professional. This research aims to elucidate the autonomy of nurses as portrayed in the scientific literature in the nursing field. Additionally, it also seeks to clarify from which concept of autonomy studies on this issue are being conducted and which limitations and obstacles to the autonomy of nurses are discussed in the scientific literature in the field. **Objectives:** - To analyze the autonomy of nurses as portrayed in the scientific literature in the nursing field; - to point out the concept of autonomy used in the studies analyzed; to identify which limitations or obstacles to the autonomy of nurses are discussed in the scientific literature; - to present critical reflections that contribute to undergraduate courses rethinking the training of future nurses in order to favor the development of their autonomy. **Method:** An integrative literature review was used, with a qualitative approach. The search was conducted in the Brazilian Virtual Health Library (BVS/BDENF). **Results:** Sixteen articles were included and submitted to qualitative content analysis to construct categories. The categories were: Concept of autonomy, barriers and limitations of autonomy, professional training and the development of autonomy during the nursing course. **Conclusion:** the results allowed us to understand that the concept of autonomy that appears in the studies analyzed is close to a practice based on technical discernment, ethical responsibility and a critical stance towards clinical and administrative decisions. The limitations and obstacles to nurses' autonomy were highlighted as rigid hierarchical structures, resistance to interprofessional dialogue, symbolic and economic devaluation of the profession, and restriction of decision-making spaces. Based on these results, we point out as a critical reflection the need to rethink undergraduate nursing courses, valuing critical training and ethical-political commitment to quality of care and strengthening professional autonomy.

**Keywords:** Nurse autonomy. Concept of autonomy. Autonomy and nursing care. Autonomy and nurse training.

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2. METODOLOGIA .....</b>	<b>15</b>
<b>2.1 Tipo de estudo.....</b>	<b>15</b>
<b>2.2 Seleção do material e coleta de dados .....</b>	<b>16</b>
<b>2.3 Análise dos dados .....</b>	<b>16</b>
<b>3. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>3.1 Conceito de autonomia.....</b>	<b>25</b>
<b>3.2 Barreiras e limitações da autonomia.....</b>	<b>28</b>
<b>3.3 Desenvolvimento da autonomia durante a formação do enfermeiro .....</b>	<b>31</b>
<b>4. CONCLUSÃO .....</b>	<b>34</b>
<b>5. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>35</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O tema central deste estudo é a autonomia do enfermeiro. O interesse por essa questão surgiu a partir da reflexão sobre as barreiras que ainda dificultam o exercício dessa autonomia, as quais se mostram de grande relevância, não apenas para a profissão de enfermagem, mas também para o sistema de saúde em geral. Assim destaca a necessidade de reconhecer e fortalecer o papel do enfermeiro dentro do sistema de saúde, garantindo que ele tenha a liberdade e os recursos necessários para tomar decisões de maneira independente, baseadas no conhecimento técnico, científico e ético (Petry *et al.*, 2019).

Em primeiro lugar, a discussão sobre a autonomia do enfermeiro é essencial para promover o fortalecimento da profissão e para garantir que os enfermeiros tenham o espaço adequado para exercer suas competências técnicas, éticas e humanas (Petry *et al.*, 2019).

Assim, ao longo dos anos, o enfermeiro tem conquistado avanços significativos em termos de reconhecimento, valorização e ampliação de suas atribuições, o que inclui a implementação de legislações que regulamentam suas funções. No entanto, apesar dessas conquistas, ainda existem diversos fatores que limitam a plena autonomia desses profissionais no Brasil, e barreiras estruturais, legais e culturais que limitam sua plena independência no exercício de suas funções (Oliveira *et al.*, 2023).

A legislação brasileira sobre o exercício da profissão de enfermeiro é estabelecida pelo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e pela Lei do Exercício Profissional. Estes documentos definem o campo de atuação no qual a autonomia do enfermeiro é reconhecida, mas com restrições (Oliveira *et al.*, 2023).

Embora o enfermeiro tenha autonomia para tomar decisões em várias áreas do cuidado de enfermagem, ele ainda precisa atuar dentro de um escopo delimitado, muitas vezes sendo supervisionado ou necessitando de autorização médica para determinadas intervenções, como na prescrição de medicamentos ou diagnósticos (Oliveira *et al.*, 2023).

O enfermeiro possui o conhecimento e as habilidades necessárias para tomar decisões bem fundamentadas, mas, frequentemente, encontra restrições no seu campo de atuação devido à falta de reconhecimento formal (Petry *et al.*, 2019).

A forte influência da cultura organizacional e dos modelos de gestão presentes nas instituições de saúde faz com que, em muitas unidades, ainda prevaleça uma visão hierárquica, em que o médico detém o papel central na tomada de decisões, o que pode dificultar a plena expressão da autonomia do enfermeiro. Essa hierarquia, frequentemente é reproduzida nas relações

interprofissionais, em que o enfermeiro pode se sentir pressionado a seguir as diretrizes impostas (Oliveira *et al.*, 2023).

Compreender essas barreiras e buscar soluções para superá-las é um passo fundamental para que os enfermeiros possam atuar com maior liberdade e responsabilidade (Petry *et al.*, 2019).

Assim, autonomia do enfermeiro requer uma formação contínua que esteja alinhada com as novas demandas da prática e com a evolução do cuidado de saúde. As limitações decorrentes do processo de educação do enfermeiro, onde ainda existem lacunas no ensino para a formação da autonomia profissional. A formação oferecida muitas vezes não prepara os enfermeiros para desempenharem de maneira plena sua função em contextos mais desafiadores, como na gestão de equipes ou na tomada de decisões clínicas complexas (Zanoto *et al.*, 2011).

É relevante destacar que, do ponto de vista do sistema de saúde, um fator que afeta a autonomia do enfermeiro é o impacto das políticas públicas e do financiamento da saúde. A estrutura dos serviços de saúde e a escassez de recursos podem afetar a capacidade do enfermeiro de exercer sua autonomia de maneira ideal. Em cenários de alta demanda e sobrecarga de trabalho, a autonomia profissional pode ser comprometida, pois o enfermeiro pode se ver limitado pela falta de tempo ou de recursos para agir de maneira independente (Backes *et al.*, 2012).

A prática da enfermagem desempenha um papel fundamental no cuidado ao paciente, e a capacidade do enfermeiro de tomar decisões autônomas e independentes é um fator crucial para a melhoria da qualidade do atendimento, a segurança do paciente e a eficiência do sistema de saúde (Santos *et al.*, 2023).

O processo de formação inicial dos enfermeiros em cursos de graduação precisa contribuir para que este profissional seja capaz de realizar ações eficazes mediante as demandas do campo da saúde, realizando seu trabalho de cuidar com autonomia. Isso leva há necessidade de compreender o que a literatura científica vem discutindo quanto à abordagem da autonomia na formação de enfermeiros (Petry *et al.*, 2019)

Nesse contexto, a reflexão sobre a autonomia do enfermeiro ultrapassa os limites do exercício técnico da profissão, tornando-se também uma questão política, social e educacional. O fortalecimento da autonomia é essencial não apenas para a valorização da enfermagem, mas também para a construção de um modelo de cuidado centrado no paciente, onde o enfermeiro atua como protagonista na tomada de decisões clínicas, na gestão do cuidado e na articulação com as demais categorias profissionais da saúde (Petry *et al.*, 2019).

Dessa forma, o presente estudo justifica-se pela necessidade de compreender, por meio da literatura científica, os desafios e limitações que ainda permeiam a prática autônoma do enfermeiro, identificando as barreiras que impedem ou dificultam sua atuação independente. Além disso, é relevante destacar a importância de ampliar as discussões sobre autonomia profissional em

ambientes acadêmicos e institucionais, com o intuito de propor estratégias de enfrentamento e mudança (Petry *et al.*, 2019)

Ao reconhecer os diversos fatores que condicionam ou restringem a autonomia do enfermeiro como os aspectos legais, educacionais, organizacionais e culturais, está pesquisa se propõe a reunir e analisar criticamente os achados de estudos já publicados sobre o tema. Assim, espera-se contribuir para a ampliação do debate e para o fortalecimento da prática profissional baseada na autonomia, competência e responsabilidade ética.

Portanto, o objetivo deste trabalho é realizar uma revisão integrativa da literatura sobre os principais desafios e limitações da autonomia profissional do enfermeiro, destacando os aspectos que influenciam seu exercício e propondo reflexões que possam subsidiar mudanças na formação, prática e gestão da enfermagem.

Os estudos citados no tópico anterior mostram que a autonomia do enfermeiro permanece como um desafio e que há obstáculos e entraves à sua concretização, sendo apontados elementos limitantes tais como: barreiras estruturais, legais e culturais, forte influência da cultura organizacional e dos modelos de gestão em que prevalece uma visão hierárquica, que dificulta a autonomia do enfermeiro (Oliveira *et al.*, 2023); restrições à sua atuação devido à falta de reconhecimento formal (Petry *et al.*, 2019); políticas de financiamento do sistema de saúde que afetam a estrutura dos serviços de saúde com escassez de recursos, alta demanda e sobrecarga de trabalho, falta de tempo ou de recursos para agir de maneira independente, tudo isso limitando e comprometendo a capacidade do enfermeiro de exercer sua autonomia (Backes, *et al.*, 2012).

Ao refletir sobre esse cenário real, surgiu o interesse por compreender de modo mais aprofundado essa problemática acerca da autonomia do enfermeiro, sob quais pontos de vista a autonomia do enfermeiro vêm sendo tratada nas pesquisas da área de enfermagem, o que as pesquisas apontam sobre a formação do enfermeiro para desenvolver a autonomia.

O que se buscou esclarecer foi: Que limitações, obstáculos e barreiras à autonomia do enfermeiro são os mais discutidos nesta literatura?

A presente pesquisa se propõe a elucidar esta pergunta a partir da análise da literatura científica da área de enfermagem. A reflexão e o debate sobre a autonomia dos profissionais enfermeiros podem contribuir para uma formação mais crítica e mais capaz de lidar com as questões que envolvem a tomada de decisão e a liderança dentro da equipe de saúde, tal como declaram (Petry *et al.*, 2019).

Estudos anteriores sobre o tema autonomia do enfermeiro mostram a existência de desafios para sua concretização, assim como lacunas na formação e desenvolvimento da autonomia do enfermeiro. Essa constatação justificou a relevância da realização da presente pesquisa. Tanto do ponto de vista da prática do cuidado, como do ponto de vista acadêmico e social, os resultados deste estudo podem auxiliar na compreensão sobre os aspectos valorizados no conhecimento científico da área de enfermagem acerca da autonomia do enfermeiro. Também são importantes como ponto de reflexão para repensar e reordenar a educação e formação do enfermeiro para o alcance de mais autonomia profissional.

O referencial teórico deste trabalho fundamenta-se nas concepções de autonomia desenvolvidas por filósofos como Kant, Freire, Rousseau, Nietzsche e Foucault, reconhecidos por suas contribuições significativas à compreensão da liberdade, do sujeito e da ação ética. Kant entende a autonomia como a capacidade racional do sujeito de legislar moralmente para si mesmo, um princípio que se reflete na prática da enfermagem quando o profissional age com base em princípios éticos, mesmo diante de pressões institucionais.

Freire, por sua vez, enfatiza a autonomia como um processo de conscientização e libertação, destacando o papel da educação crítica como caminho para a emancipação perspectiva relevante para pensar a formação do enfermeiro como sujeito transformador (Freire, 1996).

Rousseau contribui com a ideia de liberdade como obediência à vontade geral, trazendo à tona o debate sobre a tensão entre individualidade e coletividade nas práticas de cuidado, especialmente em contextos hospitalares marcados por normas e protocolos (Rousseau, 1762).

Nietzsche, ao criticar os valores morais herdados, oferece uma lente potente para compreender os desafios que os enfermeiros enfrentam ao questionar padrões impostos e buscar uma prática mais autêntica e criativa, rompendo com modelos de subserviência. Já Foucault propõe uma análise do poder e da constituição dos sujeitos por meio de discursos e práticas institucionais, permitindo entender como a autonomia do enfermeiro é moldada por relações de saber-poder, como as normas disciplinares do cuidado (Nietzsche, 1887).

No entanto, embora essas teorias sejam expostas de forma clara, é necessário aprofundar as conexões analíticas entre tais concepções e os achados empíricos da literatura revisada, destacando como as ideias de Nietzsche, Foucault e Rousseau se relacionam diretamente com os obstáculos e possibilidades da autonomia profissional na enfermagem. Uma maior articulação entre teoria e prática tornaria possível evidenciar como essas lentes filosóficas iluminam os mecanismos que sustentam ou limitam a autonomia do enfermeiro em contextos concretos de atuação.

A noção de autonomia tem sido amplamente debatida por diversos filósofos ao longo da história, sendo compreendida a partir de diferentes perspectivas, que a situam em contextos éticos,

educacionais, sociais e políticos. Neste trabalho, são consideradas as contribuições de Kant, Freire, Rousseau, Nietzsche e Foucault como base teórica para refletir sobre a autonomia como princípio fundamental nas práticas de cuidado e educação em saúde.

Do ponto de vista moral, Kant entende a autonomia como a capacidade racional do sujeito de estabelecer para si mesmas leis morais, sendo essa obediência à razão o verdadeiro exercício da liberdade. A moralidade, para o autor, não é uma imposição externa, mas sim um dever que o indivíduo reconhece por meio da própria razão, vinculando autonomia à dignidade e à responsabilidade ética (Kant, 1788).

Na perspectiva educacional, Freire defende que a autonomia se constrói no processo educativo por meio do diálogo, da conscientização e da problematização da realidade. Para ele, ensinar é respeitar a autonomia do educando e promover sua emancipação, considerando a educação como uma prática de liberdade, em que o ato de educar é inseparável do compromisso político com a transformação social (Freire, 1996).

Sob o enfoque político, Rousseau considera que a verdadeira liberdade só é possível quando o indivíduo participa da elaboração das leis às quais está submetido. A autonomia, nesse caso, está associada ao autogoverno e à vontade coletiva, sendo um princípio que fundamenta a legitimidade das normas construídas pelo povo em um contrato social (Rousseau, 1762).

Nietzsche, por sua vez, propõe uma crítica à moral tradicional e discute a autonomia a partir da ideia de superação dos valores impostos. Para o filósofo, o sujeito autônomo é aquele que se liberta das verdades absolutas e constrói seus próprios valores, numa afirmação da vida e da vontade de potência, o que envolve uma profunda reflexão sobre liberdade, poder e individualidade (Nietzsche, 1887).

Foucault contribui com a análise da autonomia a partir da crítica aos dispositivos de poder e saber que moldam os sujeitos nas instituições sociais. Ele entende que a autonomia não é uma condição dada, mas sim construída através de práticas de liberdade e do cuidado de si. Essa autonomia exige uma atitude ética de constante problematização dos modos de subjetivação e de resistência às formas de dominação (Foucault, 1975).

No campo da enfermagem, compreender a autonomia profissional do enfermeiro no Brasil requer uma análise dos aspectos históricos e ideológicos que moldaram a profissão. A formação do enfermeiro foi marcada por uma lógica tecnicista e subordinada ao modelo médico-hospitalocêntrico, o que contribuiu para a naturalização da dependência hierárquica e para a limitação do exercício autônomo (Germano, 1999).

Segundo, Jean Watson, em sua Teoria do Cuidado Transpessoal, propõe que o cuidado é uma dimensão moral e espiritual do trabalho da enfermagem. Ela afirma que “o cuidado é o núcleo moral da enfermagem” e que “sem cuidado, não há enfermagem”. Para Watson, o encontro entre enfermeiro e paciente é uma oportunidade de crescimento mútuo, onde a empatia e a compaixão são essenciais para o processo de cura (Jean Watson, 2008).

A filosofia também dialoga com a prática empírica por meio da reflexão crítica. Karl Popper, por exemplo, ao discutir o método científico, destaca a importância da revisão constante das teorias com base na experiência. Na enfermagem, isso se traduz na necessidade de articular o conhecimento teórico com a prática clínica, avaliando criticamente os protocolos e as condutas adotadas com base na evidência científica e na singularidade do paciente (Karl Popper, 2004).

Esse processo histórico influenciou a forma como o papel do enfermeiro é socialmente e institucionalmente percebido, gerando obstáculos ao reconhecimento de sua capacidade de decisão clínica, liderança e gestão do cuidado. Assim, discutir a autonomia profissional implica questionar os modelos de formação, os espaços de atuação e as barreiras culturais que ainda persistem no sistema de saúde (Germano, 1999).

A autonomia do enfermeiro é uma construção cotidiana, constantemente desafiada por relações de poder, estruturas institucionais rígidas e hierarquias profissionais. Essa autonomia, conforme aponta Bianco, é relativa, pois depende da articulação entre o conhecimento técnico, as condições concretas de trabalho e os valores éticos que orientam a prática profissional (Bianco, 2004).

Ao investigar o cotidiano hospitalar por meio de uma abordagem etnográfica, a autora destaca que a autonomia do enfermeiro é frequentemente restringida por normas institucionais e pela subordinação a outros profissionais da saúde, o que evidencia a necessidade de uma reflexão crítica sobre os processos decisórios e a valorização do saber técnico e ético no exercício profissional (Bianco, 2004).

Portanto, compreender as limitações à autonomia do enfermeiro exige uma análise não apenas das estruturas institucionais, mas também das negociações constantes entre a liberdade profissional e as condições impostas pelo sistema de saúde (Bianco, 2004).

## **OBJETIVOS**

### **Geral**

Analisar a autonomia do enfermeiro retratada na literatura científica da área de enfermagem

### **Específicos**

- Apontar o conceito de autonomia empregado nos estudos analisados;
- Identificar quais as limitações ou obstáculos à autonomia do enfermeiro são discutidas na literatura científica;
- Apresentar reflexões críticas que contribuam para cursos de graduação repensarem a formação de futuros enfermeiros a fim de favorecer o desenvolvimento de sua autonomia.

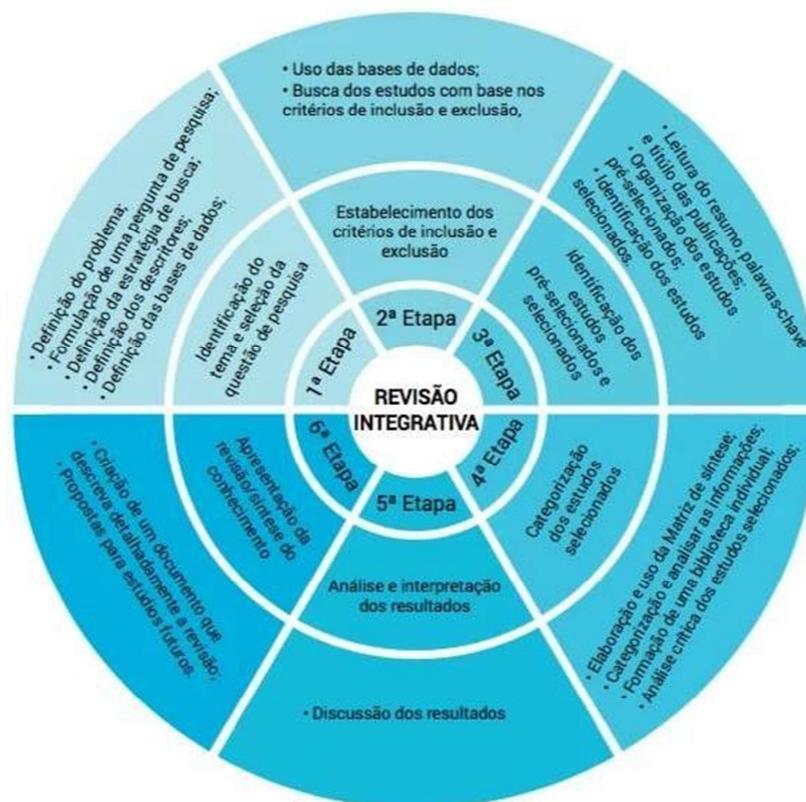
## 2. METODOLOGIA

### 2.1 Tipo de estudo

Este estudo caracterizou-se como uma revisão de literatura do tipo integrativa. Esse tipo de revisão de literatura visa sintetizar o conhecimento existente e aplicar os resultados de estudos relevantes na prática. O procedimento metodológico é estruturado em seis etapas: formulação da pergunta central, busca ou na literatura, coleta de dados, análise crítica dos estudos selecionados, discussão dos resultados e apresentação final da revisão. A diversidade desse tipo de estudo e a multiplicidade dos objetivos podem resultar em representações detalhadas de conceitos, teorias ou problemas, que são fundamentais para a área de enfermagem (Mendes *et al.*, 2008).

No presente estudo, a revisão integrativa foi desenvolvida em seis etapas, adotando-se a proposta de Botelho *et al.* (2011).

Figura 1- Etapas para a realização da revisão integrativa:



Fonte: Botelho *et al.*, (2011, p.129)

## 2.2 Seleção do material e coleta de dados

A busca por artigos foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde Brasil (BVS/ BDENF). Foi definida como estratégia de busca a utilização do operador booleano And e os descritores “autonomia”, “enfermeiro”, “enfermagem”. Os artigos retornados pela busca foram inicialmente submetidos à leitura do título e resumo, focando-se em objetivos e resultados, a fim de verificar a relação com o tema desta pesquisa e a possível inclusão.

Os critérios de inclusão foram: publicação entre os anos 2004 a 2024 (vinte anos completos); disponibilidade de acesso ao texto integral de forma gratuita e eletronicamente; texto publicado em idioma português; conteúdo do texto relacionado à autonomia do enfermeiro. Artigos duplicados, que atendiam integralmente ao foco do estudo, foram considerados uma única vez. Os critérios de exclusão foram: artigos incompletos, relatos de experiência, editoriais. Após a aplicação destes critérios, foi realizada uma leitura rápida dos textos a fim de confirmar a relação do conteúdo com o tema pesquisado.

Em seguida à aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, os textos selecionados foram lidos na íntegra a fim de extrair elementos importantes para o alcance dos objetivos. A leitura detalhada e filtragem rigorosa foram feitas para uma seleção final dos artigos que possibilitavam atender os objetivos da pesquisa.

Para o relato da busca empregou-se o Fluxograma Prisma (2020) conforme mostrado na Figura 2. Este fluxograma é uma importante referência para orientar o relato de dados de revisões sistemáticas de literatura, independentemente do tipo de estudos incluídos ou do tipo de análise realizada (Sampaio, *et al.*, 2007).

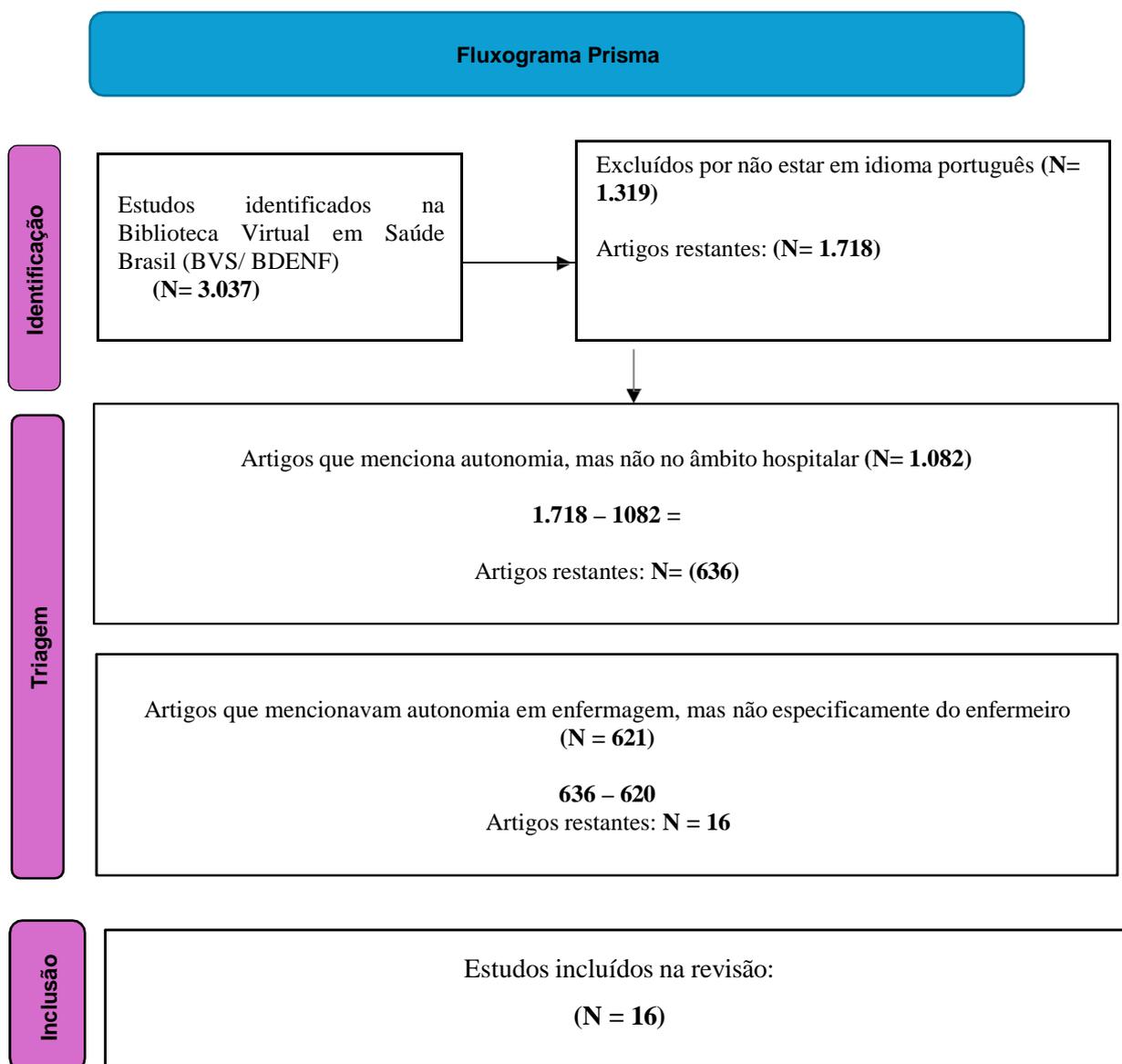
## 2.3 Análise dos dados

A análise foi de caráter qualitativo (Lüdke; André 2018), iniciando-se pelas leituras repetidas e aprofundadas dos artigos. Em seguida houve a identificação de ideias no conteúdo dos artigos relacionadas com o problema e objetivos do estudo, sendo as mesmas extraídas para a construção de categorias. Nesta etapa contou-se com o auxílio do software webQDA (Qualitative Data Analysis Software – WebQDA) de apoio à pesquisa qualitativa, usando-se a ferramenta codificação. No processo de categorização, além da relevância e significado do conteúdo dos artigos em relação aos objetivos da pesquisa, buscou-se também identificar as ideias defendidas e as refutadas pelos autores. Em seguida realizou-se a discussão e interpretação dos resultados expressos em categorias e elaboração da síntese final da revisão integrativa.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este tópico apresenta os resultados obtidos mediante a busca realizada e o emprego dos critérios de inclusão e exclusão. A amostra final foi composta de 16 artigos, conforme se descreve no fluxograma Prisma apresentado a seguir.

Figura 2 - Fluxograma Prisma descritivo do processo de busca e composição da amostra qualitativa dos artigos.



Fonte: Figura elaborada pela autora com base em Fluxograma PRISMA (2020).

Os dezesseis artigos que compuseram a amostra final foram submetidos a uma caracterização geral a partir de informações consideradas relevantes para este estudo, tais como título, autoria, ano de publicação, título do periódico, método, principais resultados, contribuição do artigo, (Quadro 1)

Quadro 1 – Informações gerais dos artigos selecionados e incluídos (2004 a 2024)

<b>Título do artigo</b>	<b>Autoria</b>	<b>Ano de publicação e título do periódico</b>	<b>Método</b>	<b>Principais resultados</b>	<b>Contribuição do artigo</b>
Artigo 1 - Autonomia e trabalho do enfermeiro	Kraemer, F. Z.; Duarte, M. de L. C.; Kaiser, D. E. et al.	2011/ Autonomia e trabalho do enfermeiro	Pesquisa de campo, exploratória, qualitativa	Considerando a autonomia como relevante para analisar a valorização no mercado de trabalho atual, o estudo buscou compreender como os enfermeiros percebem sua autonomia no exercício profissional. Três eixos principais foram identificados: a formação do enfermeiro; os processos de trabalho da enfermagem; as relações interpessoais. Constatou que, quanto mais bem estruturada estiver a autonomia e os processos de trabalho, maiores serão as oportunidades de atuar com base no conhecimento técnico-científico, exercendo com segurança seu julgamento e poder decisório aspectos fundamentais para a manutenção da autonomia profissional.	Destaca a importância do enfermeiro no planejamento, organização e direção dos processos de trabalho. A autonomia é considerada importante para a ampliação da atuação profissional, mediante a tendência de trabalholiberal do enfermeiro.
Artigo 2 - Autonomia da enfermeira / enfermeiro expressa na legislação portuguesa e brasileira	Bellaguarda M. L. R., Queirós, P. J. P.	2023/Autonomia da enfermeira/enfermeiro expressa na legislação portuguesa e brasileira	Estudo qualitativo documental	A principal discussão é em torno da forma como a autonomia profissional da(o) enfermeira(o) é tratada nas legislações brasileira e portuguesa. A análise é feita sob a perspectiva de Eliot Freidson, que destaca a importância da autonomia para caracterizar uma profissão.	Aborda a autonomia na relação multiprofissional, destacando o conhecimento como um valor fundamental para a ação. Esse conhecimento é construído gradualmente, com forte influência histórica e cultural, e mudanças nesse contexto exigem bases sólidas para se expandir, afetando o mercado de trabalho, envolvendo aspectos econômicas e administrativos de cada profissão. Mostra que a legislação brasileira refere a autonomia da(o) enfermeira(o) de forma mais imitada do que na legislação portuguesa e que, apesar das semelhanças estruturais, a compreensão e o reconhecimento legal da autonomia.

<p>Artigo 3 - Desafios enfrentados pelo enfermeiro em relação à sua autonomia profissional: uma revisão da literatura</p>	<p>Oliveira J. V. N.; Costa, I. S.; Batista L. T.; Abreu I. A., Santos M. D. A; Silva D. M.</p>	<p>2024/ Desafios enfrentados pelo enfermeiro em relação à sua autonomia profissional: uma revisão da literatura</p>	<p>Revisão integrativa da literatura</p>	<p>Discute a autonomia do enfermeiro como um processo histórico e multifatorial, influenciado por contextos políticos, sociais, econômicos e de gênero. Defende a autonomia como essencial para o exercício pleno da profissão e que deve ser construída com base no uso consciente de ferramentas como o processo de enfermagem, para tomar decisões fundamentadas na experiência e no conhecimento técnico-científico.</p>	<p>O estudo identificou como principais desafios à liderança e autonomia na enfermagem e que dificulta a tomada de decisão do profissional: subordinação ao trabalho médico, falta de conhecimento técnico-científico, compreensão limitada do espaço de atuação, erros administrativos, sobrecarga de trabalho, comunicação ineficaz. A conclusão destaca que, apesar desses desafios, é possível que o enfermeiro exerça autonomia, desde que consiga superar as dificuldades.</p>
<p>Artigo 4 - A representação social da autonomia profissional do enfermeiro na Saúde Pública</p>	<p>Gomes, A. M. T.; Oliveira, D. C. et al.</p>	<p>2005/A representação social da autonomia profissional do enfermeiro na Saúde Pública</p>	<p>Estudo qualitativo, com abordagem exploratória e descritiva</p>	<p>Discute a relação entre o saber próprio da enfermagem e a construção da autonomia profissional. Destaca que a autonomia está ligada à definição e valorização desse saber específico da enfermagem, compreendido como um mosaico de múltiplos conhecimentos. Evidência que muitos enfermeiros, ao buscarem delimitar um espaço próprio de atuação e poder profissional, ainda associam autonomia ao domínio de práticas pertencentes a outras profissões, como a prescrição de medicamentos e solicitação de exames.</p>	<p>Destaca a importância do estudo visto como um saber/fazer ampliado a partir de conhecimentos e práticas de outras áreas, pode se tornar frágil, pois não é construída com base na essência da profissão. Assim, autonomia profissional do enfermeiro se configura a partir da construção de sua identidade profissional, enfrentando tensões com fatores sociais, políticos, mercadológicos, culturais e intelectuais que influenciam sua prática.</p>
<p>Artigo 5 - Autonomia profissional da enfermeira: algumas reflexões.</p>	<p>Melo, C. M. M. de., Florentino, T. C., Mascarenhas, N. B., Macedo, K. S., Silva, M. C. da., &amp; Mascarenhas, S. N.</p>	<p>2016/Autonomia a a profissional da enfermeira: algumas reflexões.</p>	<p>Revisão integrativa da literatura</p>	<p>Apresenta uma reflexão sobre autonomia profissional da enfermeira no contexto do modelo assistencial biomédico. Este modelo, contemporâneo considerado hegemônico, impacta na organização do processo de trabalho em saúde e, consequentemente, restringe autonomia técnica da enfermeira. Para iniciar essa reflexão, delimitou-se o significado dos termos "autonomia" e "autonomia profissional"</p>	<p>Mostra que o modelo assistencial biomédico, por ser hegemônico na organização dos serviços de saúde, limita a autonomia profissional da enfermeira. A reflexão desenvolvida no texto mostra que a autonomia da enfermagem é constantemente tencionada por esse modelo, que privilegia saberes médicos e hierarquiza as relações de trabalho na saúde. O artigo também reforça a importância de compreender o conceito de "autonomia profissional" como algo que envolve não apenas conhecimento técnico.</p>

Artigo 6- Autonomia e a prática assistencial do enfermeiro	Silva D. J. Milena; S. Aparecida F.	2008/ Autonomia e a prática assistencial do enfermeiro	Pesquisa de campo, abordagem qualitativa	Discute sobre a relação direta entre conhecimento e autonomia profissional na enfermagem. Os enfermeiros participantes reconhecem que o conhecimento técnico-científico é a base que sustenta sua autonomia, permitindo-lhes argumentar, tomar decisões, agir com segurança e conduzir o trabalho com método e clareza.	Constata que os enfermeiros entendem o conhecimento técnico-científico como elemento essencial para o exercício da autonomia profissional. Eles afirmam que o domínio do saber proporciona segurança, capacidade de argumentação, fundamentação das práticas e tomada de decisões, especialmente em situações complexas.
Artigo 7- O enfermeiro e a construção da autonomia profissional no processo de cuidar	Bueno, F. M. G.; Queiroz, M. de S. O. et al.	2006/ O Enfermeiro e a construção da autonomia profissional no processo de cuidar	Pesquisa de campo, abordagem qualitativa exploratória.	Desenvolve uma reflexão crítica sobre o tema, propondo um questionamento sobre o senso comum do agir do profissional enfermeiro, qual seja, sua visão de mundo e, a partir daí, analisar se o profissional admite ser necessário haver mudanças em seu processo de trabalho e se a proposição que se faz sobre sua autonomia na ação cuidadora é viável ou pertinente.	Oferece reflexão importante sobre a prática do enfermeiro e da equipe de enfermagem, destacando meios para construir a autonomia profissional por meio do cuidado. Fornece uma visão crítica sobre a prática atual, incentivando os profissionais a entenderem que o espaço de cuidado é um direito histórico. Para legitimar esse espaço, seria necessário transformar, reorganizar a prática de enfermagem.
Artigo 8- Autonomia da enfermagem e sua trajetória na construção da profissão	Petry, S. Filho, C. A. T.; Mazera, M.; Schneider, D. G.; Martini, J. G. et al.	2019/ Autonomia da enfermagem e sua trajetória na construção da profissão	Pesquisa de abordagem qualitativa	Reflete sobre a autonomia da enfermeira, articulando aspectos teóricos de profissão e trabalho. A pesquisa, de abordagem qualitativa e histórica, destaca que a enfermagem deve incorporar o processo de enfermagem e seus referenciais teóricos, desenvolver pesquisas e contar com o apoio de gestores para fortalecer sua autonomia profissional.	Mostra a relação entre a autonomia da enfermagem e o uso do processo de enfermagem em seus fundamentos teóricos, para promover o bem-estar físico, psicológico e social dos pacientes. Para exercer essa autonomia, o enfermeiro deve adotar métodos, processos e tecnologias que favoreçam as funções humanas, rompendo com o modelo que o vê apenas como executor de prescrição.

<p>Artigo 9 - O papel profissional do enfermeiro no Sistema Único de Saúde: da saúde comunitária à estratégia de saúde da família</p>	<p>Backes, D. S.; Backes, M. S.; Erdmann, A. L.; Büscher, A. et al.</p>	<p>2019/ O papel profissional do enfermeiro no Sistema Único de Saúde: da saúde comunitária à estratégia de saúde da família</p>	<p>Abordagem qualitativa exploratória</p>	<p>A discussão central é sobre a visão do enfermeiro como profissional integral e essencial na promoção da saúde no contexto do SUS (Sistema Único de Saúde) e da Estratégia Saúde da Família (ESF). O enfermeiro é reconhecido pela capacidade de estabelecer relações empáticas e interativas com os usuários, compreendendo suas necessidades de saúde de maneira holística, respeitando suas condições sociais e culturais. Ele desempenha um papel crucial ao integrar saberes profissionais e populares, facilitando a comunicação entre os usuários e equipe de saúde.</p>	<p>Traz a análise da autonomia do enfermeiro em relação a seu papel no Sistema Único de Saúde (SUS) e na Estratégia Saúde da Família, sendo estes vistos como estratégias que ampliam e consolidam o cuidado de enfermagem como uma prática social empreendedora, o que valoriza o enfermeiro.</p>
<p>Artigo 10- Facilidades e Dificuldades à Autonomia Profissional de Enfermeiros no Cuidado de Pessoas com Feridas: Estudo de Representação social.</p>	<p>Santos, I. E, Oliveira J, G. A. et al.</p>	<p>2017/ Facilidades e Dificuldades à Autonomia Profissional de Enfermeiros no Cuidado de Pessoas com Feridas: Estudo de Representações Sociais</p>	<p>Pesquisa qualitativa, descritiva, exploratória</p>	<p>Relata investigação sobre como os enfermeiros percebem sua autonomia dentro do contexto hospitalar ou clínico, levando em consideração fatores como restrições institucionais, falta de recursos, pressões externas, formação inadequada. Também considera aspectos que facilitam a autonomia, tais como o conhecimento técnico especializado, a capacidade de tomar decisões independentes, reconhecimento da autonomia dentro de certos limites e condições.</p>	<p>Mostra que os enfermeiros acreditam que os problemas relacionados com a autonomia do enfermeiro podem ser solucionados com mudanças no contexto institucional, como a criação de comissões, o fornecimento de materiais adequados e o desenvolvimento de protocolos. Conclui que a autonomia dos enfermeiros é limitada por vários fatores externos e internos, mas também pode ser ampliada por meio de maior qualificação profissional, apoio institucional, e um ambiente de trabalho que valorize a decisão autônoma</p>

<p>Artigo 11- Autonomia profissional como centralidade em boas práticas enfermagem</p>	<p>Peres M. A.; Paim L. Brandão, M de A.</p>	<p>2020/ Autonomia profissional como centralidade em boas práticas de enfermagem</p>	<p>Estudo teórico flexível</p>	<p>Discute a relação entre autonomia profissional do enfermeiro, autonomia do usuário e da família, e como essas dimensões são fundamentais para implementação das Boas Práticas de Enfermagem. O artigo reflete sobre a centralidade da autonomia como princípio ético e prático que orienta o cuidado em saúde, valorizando tanto capacidade decisória do enfermeiro tanto quanto o respeito à autodeterminação dos pacientes e suas famílias. Mostra que as boas práticas não se resumem a técnicas bem executadas, mas envolvem relacionamentos colaborativos, escuta ativa, tomada de decisão de forma compartilhada.</p>	<p>Mostra a articulação entre autonomia a das pessoas atendidas e à ética no cuidado de enfermagem, argumentando que para isso é preciso considerar não apenas as razões técnicas, mas também os valores imateriais que, em sua relação com a autonomia, podem contribuir para a construção de boas práticas. A autonomia é entendida como o respeito pelo interesse de cada pessoa em viver sua vida conforme sua própria concepção do que é bom. Este conceito é relevante tanto na literatura biomédica quanto na de enfermagem.</p>
<p>Artigo 12 - Autonomia profissional dos enfermeiros</p>	<p>Silva D. R.; Manuel J. et al.</p>	<p>2011/ Autonomia profissional dos enfermeiros</p>	<p>Estudo qualitativo, descritivo.</p>	<p>Analisa a relação entre a autonomia profissional de enfermeiros e fatores como idade, tempo de serviço, experiência em diferentes serviços, satisfação profissional e facilidade na tomada de decisões. Investiga as correlações entre a autonomia profissional percebida e variáveis como idade, tempo de serviço, número de serviços em que o enfermeiro trabalhou, satisfação profissional e facilidade na tomada de decisões no trabalho.</p>	<p>Mostra a necessidade de compreensão dos fatores que influenciam a percepção da autonomia profissional dos enfermeiros. Essa compreensão pode ajudar a melhorar a gestão, a formação e as condições de trabalho na enfermagem, promovendo maior satisfação profissional, melhor desempenho e qualidade no cuidado ao paciente.</p>

<p>Artigo 13- Paradoxo da liberdade e da autonomia nas ações do enfermeiro.</p>	<p>Przenyczka RA, Lenardt MH, Mazza VA, Lacerda MR et a</p>	<p>2012/ Paradoxo da liberdade e da autonomia nas ações do enfermeiro.</p>	<p>Estudo qualitativo, descritivo, correlacional</p>	<p>Aborda sobre a liberdade profissional do enfermeiro como possibilidade objetiva dentro de uma perspectiva filosófica. Enfatiza a importância de discussões contínuas devido às transformações sociais, aponta obstáculos à liberdade do enfermeiro, sugere como solução a valorização do trabalho em equipe, sem hierarquias entre as categorias, com foco no cuidado ao paciente.</p>	<p>Provoca reflexões sobre a liberdade profissional do enfermeiro como aspecto essencial para o exercício ético autônomo e responsável da enfermagem. Ao identificar obstáculos e propor o fortalecimento do trabalho em equipe, contribui para a valorização da profissão, melhoria nas relações interprofissionais e, sobretudo, a qualificação do cuidado ao paciente.</p>
<p>Artigo 14- Autonomia e necessidades de saúde na Sistematização da Assistência de Enfermagem no olhar da saúde coletiva</p>	<p>Gomes AMT Oliveira DC et al.</p>	<p>2008/ Autonomia e necessidades de saúde na Sistematização da Assistência de Enfermagem no olhar da saúde coletiva</p>	<p>Revisão bibliográfica</p>	<p>Trata da autonomia sob duas perspectivas: a profissional e a do paciente. Considera a autonomia profissional incluindo as categorias "saber próprio da enfermagem" e "divisão vertical do trabalho", enquanto a autonomia do paciente envolve "flexibilização nas situações de institucionalização" e "autodeterminação".</p>	<p>Aprofunda a compreensão sobre as diferentes vertentes da autonomia, tanto do profissional de enfermagem quanto do paciente. Identifica e analisa as categorias relacionadas a cada vertente, contribuindo para o fortalecimento da prática profissional, valorização da enfermagem e promoção de uma abordagem mais centrada no paciente.</p>
<p>Artigo 15 - Autonomia profissional sistematização da assistência de enfermagem: percepção de enfermeiros</p>	<p>Oliveira F.F S. Montezelli J.H Peres M. A.</p>	<p>2012/ Autonomia profissional sistematização da assistência de enfermagem: percepção de enfermeiros</p>	<p>Revisão na integrativa de literatura</p>	<p>A partir de dados empíricos, analisa a percepção de enfermeiros sobre a SAE como facilitadora da autonomia profissional. Identifica nos dados as seguintes categorias: SAE como instrumento para conquistar autonomia; Questionamentos sobre a SAE como instrumento para autonomia; e Conhecimento na tomada de decisão.</p>	<p>Mostra que os participantes da pesquisa consideram o conhecimento propiciado pela SAE como um impulso para concretizar a autonomia profissional. Para tal, almeja-se a articulação entre pensamento e ação, educação e prática, de forma a aproximar os acadêmicos do seu papel profissional durante a graduação.</p>

Artigo 16- Autonomia e vulnerabilidade do enfermeiro na prática da sistematização da Assistência de Enfermagem	Menezes, S. R. T., Priel, M. R., & Pereira, L. L.	2011/ Autonomia e vulnerabilidade do enfermeiro na prática da sistematização da Assistência de Enfermagem	Pesquisa bibliográfica sistemática	Investiga sobre a implantação ou implementação do Processo de Enfermagem (PE) ou da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) a partir da abordagem qualitativa fundamentada nas Ciências Sociais. Os autores ressaltam a autonomia, o ambiente institucional, e as relações interpessoais.	Mostra que a autonomia profissional é frequentemente limitada pelo modelo biomédico dominante, que centraliza as decisões no saber médico e hierarquiza as relações de trabalho na saúde. Conclui que para o enfermeiro exercer sua autonomia de forma plena é necessário reconhecer seu saber e garantir espaço para decisões clínicas independentes, e promover um ambiente institucional que valorize a prática da enfermagem.
--	---	--	------------------------------------	---	---

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa (2025).

Após a análise inicial dos artigos, estes foram inseridos no software WebQDA, viabilizando a categorização dos artigos por meio da ferramenta criação de códigos (codificação). Os códigos correspondem às categorias que emergiram da análise do conteúdo dos artigos.

Quadro 2 - Categorias elaboradas a partir do conteúdo dos artigos.

<b>Categoria</b>	<b>Ideias expressas pelos autores</b>
Conceito de autonomia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Liberdade moral e intelectual relacionada com habilidades</li> <li>• Capacidade de tomar decisões fundamentadas na ciência da enfermagem, na ética e na experiência clínica, com responsabilidade sobre seus atos.</li> <li>• Ideia contrária a obediência ou subordinação</li> <li>• Ideia próxima a protagonismo no cuidado à saúde e definição de prioridades</li> <li>• Discernimento técnico e senso ético relacionados à valorização da profissão</li> <li>• Capacidade de atuação de forma crítica e posicionamento em situações complexas assumindo riscos e decisões</li> <li>• Ato que conecta a enfermagem ao seu saber científico e não a restringe a procedimento assistencial.</li> </ul>

Barreiras e limitações da autonomia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estruturais: hierarquia médica, modelos de gestão verticalizados.</li> <li>• Legais: limites impostos por legislações e normativas que condicionam a prática.</li> <li>• Culturais e Organizacionais: cultura institucional que favorece a subordinação.</li> <li>• Reconhecimento Profissional: desvalorização simbólica e econômica do enfermeiro.</li> <li>• Condições de Trabalho: escassez de recursos, sobrecarga e políticas de financiamento.</li> </ul>
Formação profissional e desenvolvimento da autonomia durante a formação do enfermeiro.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lacunas nos cursos de graduação quanto à preparação para a autonomia.</li> <li>• Necessidade de formação crítica, ética e voltada para a liderança e tomada de decisões.</li> <li>• Papel da educação no fortalecimento da autonomia</li> <li>• Contribuições da autonomia do enfermeiro na tomada de decisões.</li> </ul>

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa (2025).

No tópico seguinte desenvolve-se a discussão detalhada das categorias identificadas.

### 3.1 Conceito de autonomia

Entre os 16 artigos analisados, a maioria dos autores apresentou, de forma direta ou indireta, um conceito de autonomia que norteou o estudo realizado. Para fundamentar essas definições, os artigos recorreram a diferentes referências, sendo comuns as aproximações com os pensamentos de Kant (1788), ao tratar da autonomia como capacidade racional e ética individual, e de Freire (1996), ao abordá-la como conquista coletiva e prática transformadora.

Apesar da diversidade de abordagens, os conceitos identificados nos estudos não se mostraram opostos entre si. Ao contrário, observa-se certa convergência: todos consideram a autonomia do enfermeiro como uma capacidade que envolve conhecimento técnico, responsabilidade ética e habilidade para tomar decisões fundamentadas.

A diferença entre os conceitos está, principalmente, no foco dado ao aspecto individual ou coletivo da autonomia. Alguns artigos destacam a autonomia como atributo pessoal, ligado à formação e à experiência do profissional, enquanto outros valorizam sua construção no contexto das relações de trabalho e da atuação em equipe.

A seguir, são apresentados os principais conceitos de autonomia identificados nos artigos analisados.

A autonomia pode ser entendida e caracterizada como liberdade moral e intelectual, enquanto na profissão de enfermagem este conceito está relacionado à realização de atividades por meio de habilidades adquiridas (Oliveira *et al.* 2012, p. 02).

Autonomia é a capacidade de tomar decisões fundamentadas na ciência da enfermagem, na ética e na experiência clínica, com responsabilidade sobre seus atos. Essa definição se distancia da ideia de obediência ou subordinação à medicina, e aproxima-se da noção de protagonismo no cuidado à saúde (Bueno, *et al.*, 2006, p. 223).

[...] autonomia como um ato que está diretamente conectado ao reconhecimento da enfermagem como profissão de saber científico, e não apenas como atividade assistencial (Silva, *et al.*, 2011, p. 02).

Verifica-se que o conceito de autonomia do enfermeiro é referido pelos autores de modo articulado com as capacidades adquiridas por esse profissional para a tomada de decisão e a solução de situações de forma segura e prática. Essas capacidades dependem de preparo técnico, conhecimento teórico e vivência na prática profissional, independentemente do contexto específico de ação, seja ele o âmbito hospitalar ou a Atenção Primária (Oliveira *et al.*, 2012).

Nessa direção, destaca-se a ideia expressa por Silva *et al.* (2011, p. 29): “... enfermeiros que integram com sucesso os comportamentos associados à autonomia profissional em enfermagem nas suas crenças, percebem que têm controle sobre o seu ambiente de trabalho e sobre a sua profissão”. Ou seja, a autonomia profissional permite ao enfermeiro a atuação não só profissional, mas também sobre o contexto do trabalho e da profissão.

Levando-se em consideração o referencial teórico orientador dessa pesquisa, nota-se que está presente nos conceitos de autonomia expressos nos artigos analisados uma aproximação com o entendimento formulado por Kant (1788), de que autonomia é a capacidade racional do indivíduo de legislar moralmente para si, agir segundo leis reconhecidas como válidas com base na razão, liberdade apoiada na moralidade, na dignidade humana e na responsabilidade ética.

Essa proximidade pode ser identificada quando aparece nos artigos a ideia de autonomia associada com liberdade moral e intelectual, fundamentação na ética e na experiência, com responsabilidade sobre seus atos profissionais.

Essa aproximação com a concepção de autonomia descrita por Kant pode indicar uma

compreensão de que a autonomia situada no âmbito individual, mais do que no coletivo. Ou seja, a autonomia seria uma capacidade desenvolvida pelo indivíduo através da formação de capacidade intelectual, moral, ética, prática, fundada na razão. Portanto, não se origina de um processo coletivo.

Mas, Freire (1996) descreve que a autonomia é uma conquista coletiva e transformadora, construída por meio do diálogo, da problematização e da conscientização, permitindo que o sujeito se torne crítico, responsável e capaz de intervir na realidade. Neste sentido, é um ato político, social, e não um atributo individual, ainda que possa depender da posse de conhecimentos aprofundados e críticos.

Nesse sentido, considera-se que a ideia trazida por Bueno *et al.* (2006, p. 223) tem certa proximidade com a perspectiva de Freire (1996). Os autores consideram que a autonomia pressupõe que o profissional enfermeiro possa interferir em processos decisórios sobre definição das prioridades da assistência, mas não apenas ele, sendo necessária a participação de toda a equipe de enfermagem. Tal posicionamento indica uma aproximação da ideia de autonomia como construção coletiva e transformadora.

Por outro lado, verifica-se também a presença de uma aproximação à concepção de Freire (1996), quando se analisa a ideia expressa por Bueno *et al.* (2006), que demarca a autonomia como algo oposto a subordinação e obediência, ligada ao protagonismo do enfermeiro, e de (Menezes, *et al.*, 2011), que estabelece a relação entre autonomia e atuação crítica do enfermeiro, o que sem dúvida requer uma perspectiva coletiva do cuidado e da formação e exercício da autonomia.

Para fundamentar essas definições, os artigos recorreram a diferentes referências teóricas e filosóficas, sendo comuns as aproximações com os pensamentos de Kant (1788), que concebe a autonomia como expressão da racionalidade moral e capacidade ética de autodeterminação, e de Freire (1996), que a interpreta como uma conquista coletiva e emancipatória, inserida em um processo dialógico e crítico de transformação social.

A diversidade de abordagens encontradas nos estudos não implica em contradição entre os conceitos. Ao contrário, observa-se uma convergência significativa: todos os autores reconhecem a autonomia do enfermeiro como uma competência essencial que envolve conhecimento técnico-científico, responsabilidade ética e habilidade para tomar decisões de maneira fundamentada e independente. Oliveira *et al.* (2012, p. 2) afirmam que a autonomia na enfermagem está relacionada à capacidade de realizar atividades por meio de habilidades adquiridas, compreendendo-a como liberdade moral e intelectual.

Além disso, a autonomia é entendida como um pilar da prática profissional autônoma, desvinculada da subordinação tradicional à medicina. Nesse sentido, Bueno *et al.* (2006, p.

223) apontam que a autonomia consiste na capacidade de tomar decisões na ciência da enfermagem, na ética e na experiência clínica, sendo, portanto, expressão do protagonismo do enfermeiro no cuidado à saúde. De forma complementar, Silva *et al.* (2011, p. 2) defendem que essa autonomia está diretamente ligada ao reconhecimento da enfermagem como profissão detentora de saber científico próprio, superando a visão de atividade meramente assistencial.

As diferenças entre os conceitos apresentados nos artigos residem, principalmente, no enfoque dado ao aspecto individual ou coletivo da autonomia. Alguns estudos sublinham a autonomia como atributo individual, vinculado à formação, experiência profissional e à autoconfiança do enfermeiro na tomada de decisões clínicas. Outros, no entanto, enfatizam sua construção social, evidenciando a importância das relações interpessoais, da atuação em equipe multiprofissional e do suporte institucional para que a autonomia se concretize de maneira efetiva no cotidiano de trabalho.

Essa perspectiva é reforçada por Oliveira *et al.* (2012), ao indicar que a autonomia do enfermeiro depende do preparo técnico, do conhecimento teórico e da experiência prática, independentemente do contexto em que atua, seja em ambientes hospitalares ou na Atenção Primária à Saúde., Silva *et al.* (2011, p. 29) destacam que “enfermeiros que integram com sucesso os comportamentos associados à autonomia profissional em enfermagem nas suas crenças, percebem que têm controle sobre o seu ambiente de trabalho e sobre a sua profissão”. Assim, a autonomia não se limita ao exercício técnico da profissão, mas também se estende à capacidade de intervir criticamente sobre as condições de trabalho e sobre a própria organização do cuidado.

Conclui-se, portanto, que a autonomia na enfermagem é um conceito essencial, que ultrapassa a simples execução de procedimentos. Ela se consolida como resultado da articulação entre saber técnico, postura ética e prática reflexiva, exigindo reconhecimento institucional, suporte coletivo e valorização do enfermeiro como sujeito ativo no processo de cuidado e na transformação das práticas em saúde.

### **3.2 Barreiras e limitações da autonomia**

Entre os estudos analisados, observa-se que os autores abordam de maneira recorrente as barreiras e limitações enfrentadas pela enfermagem no exercício da autonomia profissional. Apesar dos avanços legais e formativos obtidos nas últimas décadas, essas barreiras permanecem influenciadas por fatores históricos, sociais e organizacionais, sendo particularmente marcante a influência do modelo biomédico tradicional.

Assim, embora os estudos reconheçam o potencial da autonomia na enfermagem,

também evidenciam que seu pleno exercício ainda encontra obstáculos significativos. Esses desafios envolvem desde o reconhecimento social da profissão até a superação de práticas institucionais arraigadas. A seguir, são exploradas as principais barreiras à autonomia identificadas nos artigos analisados.

[...] compreendem que um grau elevado de autonomia profissional pela enfermeira poderá conferir valorização e reconhecimento social sobre seu trabalho e sobre a profissão. Contudo, ponderam que na sociedade brasileira o trabalho da enfermeira é organizado e executado a partir de determinações históricas, sociais e sanitárias, dentre as quais a modelo assistencial biomédico (Menezes et al. 2011, p. 02).

Chama-se a atenção para a ideia para o fato mostrado por Bellaguarda et al. (2023, p. 02): “embora a autonomia seja reconhecida como um princípio essencial para a prática da enfermagem, sua consolidação ainda encontra barreiras significativas em estruturas organizacionais e culturais rígidas que resistem à transformação.”

Os limites da autonomia profissional existem para toda e qualquer ocupação laboral. Eles se formam de maneira relacionada e interdependente das condições de trabalho, da história em organização profissional, o que reitera a importância ética, de autorregulação e de educação formal.” Ou seja, questões do âmbito da autonomia profissional perpassam pelo grau de competências transposição das ideias para assistência numa perspectiva de configuração de independência (Bellaguarda et al. 2023, p. 02).

Por outro lado, Petry et al. (2019, p. 02) analisam que as relações de poder afetam a autonomia. Consideram que “prevalecem estigmas históricos que colocam a enfermagem em posição de inferioridade frente à medicina”, o que contribui para a limitação da autonomia profissional.” a precarização do trabalho, os baixos salários e as condições adversas” contrastam com as exigências de autonomia e responsabilidade atribuídas ao enfermeiro.

[...] a tomada de decisão e a independência no local de trabalho são dificultadas principalmente pela mentalidade de médicos com relação à equipe de enfermagem e aos erros administrativos como à falta de benefícios, regalias com relação ao local de trabalho, tarefas, promoções, benefícios trabalhistas concedidos com base em favoritismo e ausência de confiança no profissional (Oliveira et al. 2024, p. 06).

[...]A conquista da autonomia leva a que os enfermeiros se confrontem com problemas éticos e com a consequente necessidade de eles próprios tomarem decisões complexas que exigem adequação aos princípios e valores éticos em geral e da profissão em particular (Silva et al. 2011, p.29).

Nesse sentido, os estudos reconhecem o potencial transformador da autonomia na enfermagem, tanto para a valorização profissional quanto para a qualificação da atenção à saúde. No entanto, também deixam evidente que o pleno exercício dessa autonomia ainda encontra entraves significativos. Tais obstáculos abrangem desde o reconhecimento social da profissão até a dificuldade de superação de práticas institucionais arraigadas que limitam a iniciativa e a independência dos enfermeiros.

Menezes *et al.* (2011, p. 2) argumentam que, embora um alto grau de autonomia possa conferir maior valorização social à profissão, o exercício autônomo da enfermagem no Brasil ainda está profundamente condicionado por determinações históricas e sanitárias, em especial pela manutenção do modelo biomédico como padrão hegemônico de assistência. Essa estrutura dificulta o reconhecimento pleno da enfermagem como profissão de natureza científica e decisória.

Bellaguarda *et al.* (2023, p. 2) reforçam essa análise ao destacar que “embora a autonomia seja reconhecida como um princípio essencial para a prática da enfermagem, sua consolidação ainda encontra barreiras significativas em estruturas organizacionais e culturais rígidas que resistem à transformação.” Tais estruturas incluem ambientes de trabalho burocratizados, protocolos rígidos e relações hierárquicas que inibem a capacidade de decisão dos profissionais de enfermagem, sobretudo em instituições hospitalares tradicionais.

Além disso, os autores apontam que os limites à autonomia profissional não se restringem à enfermagem, mas são comuns a diversas ocupações, estando relacionados à organização histórica das profissões, à precarização das condições de trabalho e à necessidade de formação contínua e autorregulação ética. Como pontua Bellaguarda *et al.* (2023), a construção da autonomia exige competências técnico-científicas associadas à capacidade de transpor saberes para a prática assistencial, configurando, assim, uma prática independente e responsável.

Outro aspecto importante identificado nos estudos refere-se às relações de poder entre as diferentes categorias profissionais da saúde. Petry *et al.* (2019, p. 2) observam que “prevalcem estigmas históricos que colocam a enfermagem em posição de inferioridade frente à medicina”, o que contribui para a limitação do protagonismo do enfermeiro nas decisões clínicas. Essa desigualdade é agravada por fatores estruturais como baixos salários, excesso de carga horária e ambientes de trabalho precarizados, os quais contrastam com a complexidade das responsabilidades atribuídas ao enfermeiro, especialmente em contextos de atenção integral e humanizada.

Dessa forma, conclui-se que as barreiras à autonomia na enfermagem não se reduzem a deficiências individuais dos profissionais, mas refletem um contexto mais amplo de desvalorização histórica, organização institucional rígida e desigualdade entre saberes. A superação desses obstáculos exige não apenas mudanças estruturais nas instituições de saúde, mas também o fortalecimento da identidade profissional da enfermagem, com base na educação crítica, no reconhecimento social e na atuação ética e competente do enfermeiro como sujeito ativo no processo de cuidado.

### 3.3 Desenvolvimento da autonomia durante a formação do enfermeiro

Nos artigos analisados, muitos autores explicitaram a importância da formação profissional como um elemento fundamental para o desenvolvimento da autonomia durante a formação do enfermeiro. A maioria dos estudos ressaltou que, para que o profissional adquira autonomia, é necessário que a graduação e as especializações ofereçam uma formação que vá além da técnica, incorporando também aspectos críticos e éticos da profissão.

Os artigos apresentam, de forma geral, uma convergência na compreensão de que a autonomia deve ser estimulada desde o início da formação acadêmica, por meio de práticas que promovam o desenvolvimento de competências técnicas e capacidade de tomada de decisão.

Gomes (2005, p. 02) descreve “Outros aspectos a serem abordados são o processo de formação do enfermeiro e o modo como estes se relacionam com o poder.”

Ainda segundo, Gomes (2005, p. 02) “Durante a graduação, os futuros enfermeiros devem ser estimulados a desenvolver pensamento crítico, responsabilidade ética e protagonismo no processo de cuidado.”

[...] o estudante de enfermagem é submetido a um processo de dominação através da normalização, do controle minucioso do tempo, da padronização das ações e técnicas, do perfeccionismo e do olhar hierárquicos. fortalecimento da autonomia começa pela formação acadêmica e pela consolidação da enfermagem como disciplina científica (Gomes, *et al.*, 2011, p. 02).

O fato mostrado por Gomes *et al.* (2005, p. 02) é de que muitos cursos ainda mantêm currículos centrados na técnica e pouco voltados para a formação de líderes ou pesquisadores, mostrando que isso dificulta o desenvolvimento de profissionais capazes de questionar estruturas, inovar e tomar decisões independentes com base em evidências científicas.

[...] A expectativa de quem sai para um curso de pós-graduação é, no mínimo, o retorno ao serviço com a disposição de fazer acontecer algo inovador, transformador da prática cotidiana, por acrescentar qualidade ao serviço prestado. A autonomia profissional para graduados ou pós-graduados tem um papel relevante, devendo ser uma questão central para o desenvolvimento de boas práticas de cuidado de enfermagem (Peres, *et al.*, 2020, p. 03).

Outro aspecto é focado por Peres *et al.* (2020, p. 03), que relacionam a autonomia e a retenção no trabalho. Para os autores, evidências têm demonstrado que a autonomia no local de trabalho é preditor da retenção no trabalho e da satisfação dos enfermeiros, e que essa relação está significativamente associada à permanência de recém-formadas em seu campo de atuação.

Petry et al., (2019, p. 02) ressaltam que “currículos atualizados, investimento em pesquisa, valorização da formação científica e incentivo à liderança” são fundamentais para garantir uma prática autônoma e de qualidade.

Sobre a autonomia no contexto da formação acadêmica, a maioria dos artigos discutiu a importância do desenvolvimento de habilidades críticas e reflexivas nos estudantes. Gomes (2005, p. 02) argumenta que a formação do enfermeiro deve incentivar o pensamento crítico, a responsabilidade ética e o protagonismo no cuidado, com o intuito de transformar os futuros enfermeiros em profissionais capazes de tomar decisões fundamentadas e independentes.

Esse entendimento é sustentado por Gomes et al. (2011, p. 02), que destacam que a autonomia está ligada ao fortalecimento da enfermagem como disciplina científica, e que a educação deve formar enfermeiros críticos, aptos a questionar estruturas e inovar a prática.

Contribuições da autonomia do enfermeiro na tomada de decisões: Entre os 16 artigos analisados, a maioria dos autores abordou, de forma direta ou indireta, a importância da autonomia na tomada de decisão do enfermeiro, reconhecendo-a como um elemento central para a prática profissional qualificada e segura.

Embora as abordagens variem em termos de ênfases e contextos analisados, observa-se uma convergência em relação à relevância da autonomia para a tomada de decisões assertivas, especialmente em situações complexas e que exigem respostas rápidas. Todos os estudos reconhecem que o enfermeiro precisa mobilizar conhecimentos científicos, habilidades técnicas e sensibilidade ética para decidir com segurança e responsabilidade.

A seguir, são apresentados os principais aspectos relacionados à autonomia na tomada de decisão, conforme identificados nos artigos analisados.

[...]Em alguns níveis de assistência o enfermeiro possui uma maior autonomia no seu processo de trabalho, podendo ser mencionada a atenção primária, onde nesse ambiente o profissional exerce um papel de líder, ampliando sua inserção e visibilidade na profissão (Oliveira *et al.*, 2024, p. 06).

A maioria dos trabalhos ressalta que a autonomia deve ser estimulada desde os primeiros anos da formação acadêmica, por meio de estratégias que promovam o pensamento crítico, a responsabilidade ética e a capacidade de tomar decisões baseadas em evidências. Gomes (2005, p. 2) argumenta que “durante a graduação, os futuros enfermeiros devem ser estimulados a desenvolver pensamento crítico, responsabilidade ética e protagonismo no processo de cuidado”, elementos esses fundamentais para o fortalecimento da identidade profissional e da prática autônoma.

Entretanto, uma lacuna significativa identificada nos estudos é a permanência de currículos centrados em abordagens voltadas prioritariamente para a reprodução de procedimentos e para a obediência a protocolos, em detrimento do desenvolvimento de competências e de liderança. Gomes et

al. (2005, p. 2) alertam que “muitos cursos ainda mantêm currículos centrados na técnica e pouco voltados para a formação de líderes ou pesquisadores”, o que compromete a capacidade dos profissionais de questionar estruturas estabelecidas, inovar e assumir posições decisórias nos diversos contextos de atuação.

Além disso, a formação acadêmica muitas vezes reproduz lógicas disciplinares e hierárquicas que vão na contramão da autonomia. O estudante de enfermagem é, frequentemente, submetido a processos de normalização e controle, como a padronização rígida de técnicas, a vigilância constante e a exigência de perfeccionismo, conforme apontado por Gomes et al. (2011, p. 2). Esses mecanismos reforçam uma cultura de subordinação e dificultam o florescimento da autonomia como prática crítica e transformadora.

Nesse cenário, seria enriquecedor que a discussão sobre formação e autonomia avançasse para a apresentação de exemplos mais concretos de práticas pedagógicas que estimulem a autonomia dos estudantes. Estratégias como metodologias ativas de ensino (aprendizagem baseada em problemas, simulações clínicas, ensino por projetos), tutoria crítica, inserção precoce em cenários reais de prática e espaços de discussão ética e política poderiam ser incorporadas de forma mais sistemática nos currículos.

Essas abordagens não apenas qualificam o processo de aprendizagem, mas também preparam o estudante para tomar decisões fundamentadas, dialogar com diferentes saberes e atuar com segurança e criatividade em situações complexas.

Conclui-se, portanto, que, embora os estudos reconheçam a importância da formação para o desenvolvimento da autonomia profissional, ainda existem lacunas significativas nos currículos dos cursos de enfermagem. A superação dessas deficiências exige uma reconfiguração do modelo formativo, com ênfase em práticas pedagógicas, que valorizem o estudante como sujeito ativo no processo de aprendizagem e futuro agente transformador da realidade do cuidado em saúde.

## 4. CONCLUSÃO

O tema deste estudo se mostra desafiador devido à sua complexidade, exigindo do enfermeiro o exercício pleno de sua autonomia profissional na tomada de decisões e condução do cuidado. Com isso, este estudo evidenciou que a autonomia do enfermeiro é um conceito essencial, porém ainda em processo de construção teórica, prática e institucional no contexto da enfermagem brasileira.

Embora os avanços das últimas décadas como a regulamentação profissional, o fortalecimento acadêmico e o aumento da produção científica tenham contribuído para a consolidação da enfermagem como uma profissão científica e ética, a autonomia do enfermeiro permanece condicionada a múltiplas variáveis, como o grau de formação, o reconhecimento social, as estruturas institucionais e a valorização do cuidado.

Os artigos analisados demonstram que a autonomia profissional não se resume à independência funcional, mas envolve discernimento técnico, responsabilidade ética e capacidade crítica na tomada de decisões clínicas e administrativas. Além disso, ela se relaciona diretamente com a valorização do cuidado como núcleo da prática de enfermagem, exigindo do profissional uma postura ativa, reflexiva e comprometida com a qualidade da atenção à saúde.

Entretanto, persistem desafios importantes, como a rigidez das estruturas hierárquicas, a resistência ao diálogo interprofissional, a desvalorização simbólica e econômica da profissão e a limitação de espaços de decisão para os enfermeiros. Tais barreiras indicam que a autonomia ainda não é plenamente reconhecida ou garantida no cotidiano dos serviços de saúde, sendo necessário um esforço coletivo e contínuo para superá-las.

Portanto, fortalecer a autonomia do enfermeiro é também fortalecer a qualidade do cuidado em saúde, por meio de investimentos em formação crítica, valorização profissional, mudanças institucionais e culturais, e políticas públicas que reconheçam o papel estratégico da enfermagem no sistema de saúde. A construção de uma prática verdadeiramente autônoma é, assim, um caminho ético, político e científico que precisa ser trilhado com compromisso e consciência por toda a categoria.

Nesse sentido, recomenda-se que futuras pesquisas se debruçam sobre lacunas ainda pouco exploradas, como a eficácia de metodologias pedagógicas inovadoras no desenvolvimento da autonomia durante a graduação, os impactos da liderança do enfermeiro em contextos interprofissionais, e os efeitos de políticas institucionais voltadas à ampliação dos espaços decisórios para a enfermagem. Além disso, estudos qualitativos que deem voz aos próprios profissionais e estudantes sobre as experiências vividas em relação à autonomia podem contribuir para uma compreensão mais aprofundada e situada do tema.

## REFERÊNCIAS

BACKES, Dirce Stein et al. O papel profissional do enfermeiro no Sistema Único de Saúde: da saúde comunitária à estratégia de saúde da família. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 1, p. 223-230, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000100024>. Acesso em: 28 nov. 2024. DOI: 10.1590/S1413-81232012000100024.

BELLAGUARDA, M. L. dos R.; QUEIRÓS, P. J. P. Nurse autonomy expressed in Portuguese and Brazilian professional legislation: a documentary study (1986–2022). *Rev esc enferm USP* [Internet]. 57, e20230199, 2023. Acesso em 10 abril de 2025. Available from: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2023-0199en>

BIANCO, Maria Helena Borgato Cappo. *Construção da autonomia do enfermeiro no cotidiano*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

BUENO, F. M. G.; QUEIROZ, M. de S. O enfermeiro e a construção da autonomia profissional no processo de cuidar. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 59 (2), 222–227, 2006. Acesso em 10 abril de 2025. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672006000200019>

GERMANO, Raimunda Medeiros. *Educação e ideologia da enfermagem no Brasil: 1955-1980*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

GOMES A. M. T.; OLIVEIRA, D. C. de. A representação social da autonomia profissional do enfermeiro na Saúde Pública. *Rev Bras Enferm* [Internet]. Jul, 58 (4): 393–8, 2005. Acesso em 10 abril de 2025. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672005000400003>

KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. Tradução de Valério Rohden e Udo Balduur Moosburger. 6. ed. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores). Acesso em 10 abril de 2025. Available from: <https://www.marxists.org/portugues/kant/1788/mes/pratica.pdf>

KRAEMER F. Z.; Duarte, M. de L. C.; KAISER D. E. Autonomia e trabalho do enfermeiro. *Rev Gaúcha Enferm* [Internet]. 2011Sep;32(3):487–94. Acesso em 10 abril de 2025. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1983-14472011000300008>

LÜDKE, Menga; ANDRE, Marli. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

MELO, C. M. M. DE; FLORENTINO, T. C.; MASCARENHAS, N. B.; MACEDO, K. S.; SILVA, M. C. DA; MASCARENHAS, S. N. Autonomia profissional da enfermeira: algumas reflexões. *Escola Anna Nery*, 20(4), e20160085, 2016. Acesso em 10 abril de 2025. Available from: <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20160085>

MENDES, Karina dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>. Acesso em: 28 nov. 2024. DOI: 10.1590/S0104-07072008000400018.

MENEZES, S. R. T.; PRIEL, M. R.; PEREIRA, L. L. Autonomia e vulnerabilidade do enfermeiro na prática da Sistematização da Assistência de Enfermagem. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 45(4), 953–958, 2011. Acesso em 10 abril de 2025. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342011000400023>

MIRANDA K. C. L.; BARROSO M. G.T. A contribuição de Paulo Freire à prática e educação crítica em enfermagem. *Rev Latino-Am Enfermagem* [Internet], Jul;12(4):631-5, 2004. Acesso em 10 abril de 2025. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692004000400008>

OLIVEIRA M. R.; ALMEIDA, P. C.; MOREIRA, T. M. M.; TORRES, R. A. M. Nursing care systematization: perceptions and knowledge of the Brazilian nursing. *Rev. Bras. Enferm*, 72(6):1547-53, 2019. Acesso em 10 abril de 2025 dói: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0606>

OLIVEIRA, Jadson Vinícius; COSTA, Ismael da Silva; BATISTA, Linkelly Tavares; ABREU, Irla Alves de; SANTOS, Mayconn Douglas Alves dos; SILVA, Daiane de Matos. Desafios enfrentados pelo enfermeiro em relação à sua autonomia profissional: uma revisão da literatura. *Rev. Enferm. Contemp.*, Salvador, 13: e5581, 2024. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/download/5581/5149>. Acesso em: 27 nov. 2024.

PERES M. A. A.; PAIM, L.; BRANDÃO, M. A. G. Professional Autonomy as Centrality in Best Practices in Nursing. *Rev Bras Enferm*, 73(2): e20180373, 2020. Acesso em 10 abril de 2025. Available from: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0373>

PETRY, Stéfany; TEIXEIRA FILHO, Charles Alberto; MAZERA, Maiara; SCHNEIDER, Dulcinéia Ghizoni; MARTINI, Jussara Gue. Autonomia da enfermagem e sua trajetória na construção de uma profissão. *Hist. enferm., Rev. Eletronica*, 10(1): p. 66-75, 2019. Disponível em: <https://here.abennacional.org.br/here/v10/n1/a7.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

PRZENYCZKA R. A.; LENARDT M. H.; MAZZA, V. A.; LACERDA, M. R. O paradoxo da liberdade e da autonomia nas ações do enfermeiro. *Texto & Contexto Enferm*. 2012 Abr-Jun; 21(2): 427-31. Acesso em 10 abril de 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/spScH5Bk4F5WZb3dzjzRKNw/?format=pdf>

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social*. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores). Acesso em 10 abril de 2025. Available from: <https://www.ppgfil.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Processo%20Seletivo/Textos/ROUSSEAU.%20Do%20Contrato%20Social.pdf>

SAMPAIO R.; MANCINI, M. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Braz J Phys Ther* [Internet], Jan;11(1): 83–9, 2011. Acesso em 10 abril de 2025. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1413-35552007000100013>

SANTOS, ÉRICK I. de; OLIVEIRA, J. G. A. D.; RAMOS, R. DE S.; SILVA, A. C. S. S.; BELÉM, L. DOS S.; SILVA, A. L. da. Facilidades e Dificuldades à Autonomia Profissional de Enfermeiros no Cuidado de Pessoas com Feridas: Estudo de Representações Sociais. *Estima* [Internet], Jan. 13 15(1), 2017. Available from: <https://www.revistaestima.com.br/estima/article/view/445>. Acesso em 7 de maio de 2025.

SILVA, J. P. da. Poder e direito em Foucault: relendo Vigiar e Punir 40 anos depois. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (97), 139–171, 2016. Acesso em 10 abril de 2025. Available from: <https://doi.org/10.1590/0102-6445139-171/97>

SILVA, Ribeiro Jorge Manuel. Autonomia profissional dos enfermeiros Referência - *Revista de Enfermagem*, vol. III, núm. 5, dezembro, p. 27-36, Escola Superior de Enfermagem de Coimbra Coimbra, Portugal, 2011. Acesso em: 27 nov. 2024. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3882/388239964004.pdf>